

Ata da REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - CNES

1 Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, às 9h, no Auditório do Instituto Rio Branco – Ministério das
2 Relações Exteriores – Setor de Administração Federal Sul – SAFS Quadra 5 – Lote 02/03 - Brasília/DF, sob a condução do
3 Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária, **Sr. Gilberto Carvalho**, teve início a Reunião de Instalação do Conselho
4 Nacional de Economia Popular e Solidária (CNES). Participaram da reunião, os Conselheiros: Adalberto Felício Maluf Filho,
5 pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; César dos Santos, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura; Fábio
6 Henrique Ibiapina Gomes, pelo Ministério da Educação; Flávia Fernanda, pelo Ministério da Igualdade Racial; Lídia Rosa,
7 pelo Banco do Brasil; Zander Soares Nava, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; João Paulo Huguenin,
8 pelo Ministério das Cidades; Patrícia Vasconcelos, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ana Terra Oliveira, pelo
9 Ministério do Trabalho e Emprego; Abilene Pereira de Brito, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Alexandro
10 Cardoso, pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis; Alfredo Jairo dos Santos, pela Rede de Gestores
11 de Políticas de Fomento à Economia Solidária; Almir dos Santos Alves, pela Agência de Desenvolvimento Solidário da Central
12 Única dos Trabalhadores; Alzira Josefa de Siqueira Medeiros, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Arildo Mota
13 Lopes, pela União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil; Bianca A. Lima
14 Costa, pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Carlos Alencastro Cavalcanti, pelo Fórum
15 Brasileiro de Economia Solidária; e Carlos Laran Taborga, pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Convidados: Cláudio
16 Nascimento, SENAES; Raimundo O. Silva, SENAES; Eliane M. Martins, SENAES; Flávia Santana, SENAES; Daniel Rech,
17 UNICOPAS; Diogo Rêgo, IFAL/Rede IFECOSOL; Raquel Barroso, Câmara dos Deputados; Andreia Vardélio, Agência
18 Brasil/EBC; Ronald F. Santos, DPS/SNPS/PR; Niro Barrids; Antonio Haroldo P. Moreira, CEA; Francisco Dalchiavon, MST;
19 Jumaída Moura, SG/PR; Roberio Olivella, Multicoop; Afonso Magalhães, UNMP; André Rolim Filho, AGER; Renata Studart,
20 INESFA; Joilson J. Reinaldo, AGER; Quênor Chaves dos Santos, MNU/DF; Patrícia Vasconcelos, MDA; Vivian, MDA; Carlos
21 Veras; Dora Sugimoto, Presidência da República; Vivian L. Almeida, MDA; Sérgio Penein, MPTE/ASPS; Gisleide, FBES;
22 Celecina Rodrigues, FBES; Antonio Albuquerque Neto, MIR; Edison Netto Lasmar, MMA/SECEX/DEA; Diogo Rêgo, IFAL/Rede
23 IFECOSOL; Elida Lima, Levante Popular da Juventude; Gabriel Renus, Levante Popular da Juventude; Cláudia Lucia Soares
24 de Oliveira, Ministério das Cidades; Marexle, DPS/SNPS/SG-PR; Pedro Henrique, IFB; Roberto Oliveira, Multicoop; Disley
25 Stuard, INESFA; Vanderli Ferrarez, Unisol Brasil; Wenderson Gasparotto, CNDH; Renata Pinho Soares Gomes, SENAES;
26 Michelly Pereira da Costa, SENAES; Kamila Araújo, SENAES; Ana Lúcia de Cirqueira da Silva, SENAES; Osmir de Sousa Amaral,
27 SENAES; Anna Vieira da Silva Santos, SENAES; Jonuce Rodrigues Chauis, SENAES; Vitor Hugo N. de Alves, SENAES; Maria
28 José S. M. Gorcea, SENAES; Jonathan Eduardo Bezerra, SENAES; Denair Soares Fonseca, SENAES; Éder Barbosa Ramos,
29 SENAES; Renata Braz M. F. Bahia, SENAES; Samara Landim, SENAES; Catiana Ribeiro de Sousa, SENAES; Ary Moraes, SENAES;

30 Antônia Vanderlúcia, SENAES; Marta Fulcar, SENAES; Camila Consuelo de Oliveira, SENAES; Eujacio Batista Lopes Filho, MPI;
31 Lidenilson Salva, Movimento Camponês Popular; Anna Luiza Máximo, Caixa Econômica Federal.

32 Iniciada a solenidade de abertura da reunião, a **Mestre de Cerimônia** cumprimentou os presentes, desejando boas-vindas
33 à reunião de instalação do Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária (CNES), a qual possui como objetivo principal
34 a retomada das atividades do CNES, previsto na Lei nº 10.683 de 2003 e instituído pelo Decreto nº 5.811 de 2006. Registrou
35 que, em 2018, esse Colegiado teve as suas atividades descontinuadas e agora era retomado embalado pelo movimento
36 maior de reconstrução e garantia da democracia. Trata-se, portanto, de um momento de celebração e de reencontro com
37 as práticas de construção coletiva das políticas públicas inclusivas voltadas para o desenvolvimento social, baseado na
38 solidariedade e sustentabilidade. Em seguida, convidou para compor a mesa: o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego,
39 Sr. Luiz Marinho; a Diretora-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixadora Glivania Maria de Oliveira; o Secretário Nacional
40 de Economia Popular e Solidária, Sr. Gilberto Carvalho; e a Conselheira Francisca da Silva. Dando continuidade às atividades,
41 convidou a todos para ouvir a execução do Hino Nacional Brasileiro. Em seguida, registrou o comparecimento de convidados
42 não membros do Conselho que, com a sua presença, nesse momento reforçava a importância desse Colegiado e engrandecia
43 a pauta de economia solidária como política pública, desejando-os às boas-vindas. Concedida a palavra aos membros da
44 mesa, a **Embaixadora Glivania Oliveira** cumprimentou a todos e comentou que se sentia honrada, como Diretora-Geral do
45 Instituto Rio Branco, em dar as boas-vindas aos presentes nessa cerimônia de reinstalação do CNES. Asseverou que esse
46 momento era de celebração e de grande significado para o país e que o Instituto Rio Branco sempre estaria aberto a
47 cooperação com as demais entidades do governo federal, estadual e municipal e ponderou que o diálogo da sociedade civil
48 era muito importante e fazia parte das prioridades do Instituto em termos de formação dos diplomatas. Salientou que havia
49 muito potencial de cooperação e de trabalho conjunto para formação dos diplomatas e, por fim, desejou que o CNES
50 alcançasse os seus objetivos e se fortalecesse para construção de país mais justo. Com a palavra, a **Conselheira Francisca**
51 **Silva** cumprimentou os presentes e registrou que se sentia honrada por estar fazendo parte dessa mesa. Discorreu que a
52 economia solidária apenas sobreviveu a partir do golpe realizado contra a Presidente Dilma e que voltaram a ser felizes
53 com a eleição do Presidente Lula. Explanou que a economia solidária aquecia a economia do país com os seus produtos,
54 serviços e saberes e apresentou um breve histórico de sua vida de superação. Destacou a necessidade de criação de um
55 marco legal para pagamentos de menores tributos e, finalizando, inferiu que teriam dois dias de muito diálogo e afirmação
56 e que seria salutar ligar a economia solidária as outras economias. De posse da palavra, o **Sr. Gilberto Carvalho** acolheu a
57 todos e registrou a sua alegria pelos presentes terem atendido ao chamado para esse momento histórico. Agradeceu a
58 acolhida da Embaixadora Glivania Oliveira e da sua equipe e a solicitou que fosse transmitido ao Embaixador Mauro Vieira
59 o orgulho da retomada da posição ativa e ativa do Brasil, especialmente, nesse momento de guerra. Salientou que a prática
60 da fraternidade da economia solidária era uma forma extraordinária de serem consultores da paz e manifestou a sua
61 gratidão pela presença da Conselheira Francisca Silva e do Ministro que tem apoiado o desenvolvimento adequado dos
62 trabalhos. Com a palavra, o **Ministro Luiz Marinho** cumprimentou a todos e destacou que a economia solidária era a
63 expressão da resistência e da esperança. Comentou que participou efetivamente do processo de criação da Unisol Brasil e
64 realizou a abertura da 1ª Conferência de Economia Solidária de 2006 e que teria o prazer de realizar a abertura da 4ª

65 Conferência em 2024. Arrazoou que, na criação de Unisol Brasil, relatava que a sua missão não era simplesmente a
66 reconstrução de empresas cooperativadas e estimular o nascimento de cooperativas solidárias e sim participar da
67 construção da riqueza nacional. Pontuou que deveriam construir as relações a partir das emendas parlamentares para
68 reconstruir o orçamento da economia solidária; salientou que a economia solidária poderia fazer muito mais; e afirmou
69 que o seu compromisso seria continuar sendo um bom ministro para essa economia para auxiliar na reconstrução do país.
70 Finalizadas as manifestações dos membros da mesa, fora declarada encerrada a solenidade de abertura.

71 Em sequência, passou-se à Ordem do Dia, instando o primeiro ponto de pauta: Homenagem ao Paulo Singer e Mística.
72 Executado vídeo em homenagem ao economista e professor Paul Singer, 1º Secretário Nacional de Economia Solidária e
73 expoente na inserção da pauta na agenda governamental, cujo legado o CNES representava atualmente. O vídeo fora cedido
74 pelo Instituto Paul Singer e consiste no recorte do Filme “Paul Singer: uma utopia militante” do Diretor Ugo Georgetti. Ato
75 contínuo, a **Mestre de Cerimônia** agradeceu a presença dos seguintes participantes: Adalberto Maluf, Secretário Nacional
76 do Meio Ambiente; César dos Santos, representante do Ministério da Pesca e Aquicultura; Lídia Rosa, Banco do Brasil;
77 Zander Soares, Ministério da Agricultura, Pecuárias e Abastecimento; Fábio Henrique, Ministério da Educação; Patrícia
78 Vasconcelos, representante do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Paulo Teixeira. Com a palavra, a **Sra. Eliane**
79 **Martins** deu continuidade à homenagem, lembrando que havia um século de luta da classe trabalhadora para impor
80 limites a superexploração do trabalho e para construir no país a promessa da sociedade salarial de direitos para as grandes
81 massas, lugar desejado pelo povo brasileiro que se deslocou do interior do país para as grandes metrópoles para construir
82 essa sociedade especialmente voltada para o emprego dos homens brancos, assegurando a eles um lugar de mobilidade
83 ascendente de status social de cidadania regulada. Em cinco séculos, salientou que fora importante ser trabalhador e esse
84 lugar fora colocado como lugar de melhoria e ascensão social, porém, esse período durou pouco e, a partir dos anos 90,
85 viveu-se a ofensiva do neoliberalismo sob todo esse processo e a história desde esse período era de resistência aos ataques
86 e às perdas de direitos. As resistências das graves, lutas, economia solidária e eleições dos governos seguraram grande
87 parte das ofensivas, todavia, chegou um momento em que a classe dominante precisava avançar o seu modelo e aplicou
88 um golpe em 2016 do capital contra o trabalho. Observou que, após o golpe, perderam o fundo soberano do pré-sal, a
89 Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Previdência Social, além disso todas as conquistas da classe trabalhadora viviam
90 sob ataque. Vivia-se um campo de batalha em que a economia política ideológica derramou um universo de
91 empobrecimento, violências e retiradas de todas as barreiras que impediam a superexploração do trabalho e passaram a
92 conviver novamente com o trabalho análogo à escravidão. Salientou que era desse lugar que emergia a reconstrução do
93 Brasil e do seu campo político organizativo do trabalho para a construção de novo modelo de desenvolvimento econômico
94 e de nova lógica de produção voltado para o social e para a preservação do meio ambiente. A reconstrução do país era um
95 trabalho coletivo de apropriação da história e da formação social-econômica e esse projeto requeria uma economia para o
96 povo e com o povo para atendimento das suas necessidades. Explanou que os compromissos da economia solidária se opõe
97 frontalmente aos princípios do capitalismo, da lógica de dominação do patrão sob o empregado, da acumulação privada e
98 de todas as estruturas injustas sob o trabalho e os seres humanos, os quais afirmavam a cooperação, autogestão,
99 sustentabilidade, respeito diversidade cultural, étnica, racial e de gênero, organização democrática do trabalho, formação

100 do preço justo, remuneração justa e igualitária, transparência das informações, busca do menor impacto ambiental possível
101 e entre outros. Por fim, solicitou que os presentes se levantassem e se lembrasse de um momento vivido na luta da
102 caminhada da economia solidária e convidou a todos a buscarem itens que representavam os seus coletivos para que
103 fossem colocados no altar coletivo. De posse da palavra, a **Sra. Vanderlúcia** agradeceu e reconheceu o grupo de vanguarda
104 da economia solidária e recitou o Poema “Vanguarda” dedicado aos que estavam presentes para reconstruir a economia
105 solidária e o país, desejando as boas-vindas a todos. Concedida a palavra, o **Deputado Federal Carlos Veras**, Presidente da
106 Frente Parlamentar da Economia Solidária, informou que o Congresso Nacional estava discutindo e votando o relatório da
107 Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que apontava pelo indiciamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro e
108 destacou que o diálogo sobre a pauta econômica promoveria a construção de um país mais justo e igualitário e a
109 transformação da sociedade. Afirmou que a economia popular e solidária era fundamental para que tivessem uma
110 sociedade mais justa e com a capacidade de compartilhar e informou que, como deputado federal, trabalhou para criação
111 da Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária e era relator do projeto de lei que instituiu a Política Nacional de
112 Economia Solidária, o qual seria aprovado a qualquer momento. Ponderou que havia uma missão de criar as Frentes de
113 Economia Popular e Solidária nas assembleias legislativas dos estados e tentar criar nos municípios e parabenizou os atores
114 que resistiram e lutaram e, por isso, estavam recriando esse Conselho tão importante. Em seguida, os presentes realizaram
115 uma breve apresentação dos seus nomes e das suas representações. Antes de seguir ao próximo ponto de pauta, o **Sr.**
116 **Gilberto Carvalho** reconheceu o trabalho realizado pela equipe para reconstrução da Secretaria Nacional de Economia
117 Popular e Solidária (SENAES) e convidou os servidores presentes para que se colocassem à frente do auditório como forma
118 de agradecer esse trabalho. Agradeceu a presença das entidades que compunham a economia solidária e externou a sua
119 alegria e satisfação por estarem recompondo o CNES que estava com a mesma composição anterior a sua extinção, todavia,
120 havia a perspectiva de rediscutir essa composição durante a conferência nacional que seria realizada em 2024. Esclareceu
121 que seria apresentada uma pauta com itens definidos para essa reunião, entretanto, salientou que a discussão seria livre e
122 não havia limite para os debates. Explanou que esse Conselho possuía natureza consultiva e poderia ser alterada para
123 deliberativa e agradeceu também o mundo da economia solidária pelo aprendizado durante esses últimos 10 meses.
124 Destacou que o ambiente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) era de muito apoio e que essa retomada, apesar das
125 dificuldades, era feita com muito ânimo. Arrazoou que havia a perspectiva de sair dessa reunião esclarecidos sobre o papel
126 da SENAES, do CNES e da conferência e concluiu a sua manifestação, relançando o Cadastro da Economia Solidária
127 (CADSOL). Na sequência, passou-se à apresentação da pauta da reunião. O **Sr. Gilberto Carvalho** apresentou a pauta
128 proposta, a qual estava composta pelos seguintes itens: Dia 18 de outubro de 2023: 1. Abertura – Ministro do Trabalho
129 Emprego Luiz Marinho; 2. Homenagem ao Paulo Singer e Mística; 3. Aprovação da pauta da reunião; 4. Apresentação da
130 SENAES; 5. Almoço; 6. Balanço da SENAES e planejamento para os próximos anos; 7. Debate; 8. Lanche; 9.
131 Encaminhamentos do primeiro dia de reunião. Dia 19 de outubro de 2023: 1. Abertura e mística; 2. Breve relato histórico
132 do CNES e das Conferências Nacionais de Economia Solidária; 3. Debate e encaminhamentos; 4. IV Conferência Nacional de
133 Economia Popular e Solidária - Tema e discussão inicial sobre o documento-base e formato da conferência e convocação
134 nos municípios e estados; 5. Almoço; 6. IV Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária - Composição e atribuições
135 da Comissão Organizadora; 7. Lanche; 8. Organização dos trabalhos: Calendário e pauta da próxima reunião; 9. Informes,

encaminhamentos e encerramento da reunião. Observou que o item 4. Apresentação da SENAES já fora contemplado na sua explanação e, em seguida, submeteu a pauta à discussão. A **Sra. Késia Prazeres** solicitou que houvesse um aprofundamento sobre o CADSOL, tendo em vista o problema jurídico enfrentado pelo Estado do Espírito Santo devido à existência de lei estadual específica que estabelecia o cadastro com as atribuições existentes nessa lei. O Sr. **Daniel Rech** externou a sua preocupação com as iniciativas de regulamentação do projeto de lei referente à economia solidária e, diante desse fato, sugeriu que aprofundassem como seria realizada essa regulamentação. A **Sra. Francisca da Silva** propôs que o Plano Nacional de Economia Solidária fosse revisitado para que analisassem os seus avanços. Não havendo outras contribuições, as sugestões efetuadas foram acatadas, sendo a pauta aprovada com as adequações realizadas. Ato contínuo, passou-se à apresentação do CADSOL. De posse da palavra, a **Sra. Renata Studart** deu início a exposição, apresentando um panorama geral e histórico do CADSOL. Explanou que a SENAES tentou resgatar os documentos e os sistemas, todavia, não fora possível acessar o antigo sistema do CADSOL devido a sua inviabilidade tecnológica. Diante desse fato, avaliou-se que a melhor opção seria criar um novo sistema que contemplasse as informações do sistema anterior. Informou que conseguiram uma parceria com o Ministério da Gestão e Inovação para criação do Sistema do CADSOL na Plataforma Gov.br, o qual não teria custo para a SENAES e acompanhamento permanente e que esse novo sistema teria a publicação de todas as informações antigas por um Painel *Business Intelligence* (BI) que seria desenvolvido pela Secretaria de Estudos e Estatísticas do Trabalho (SEET/MTE). Explicou que, após a recriação do sistema, buscariam compreender a situação dos estados e que já fora iniciada a construção da lista de contatos para garantir o apoio institucional estadual e federal. Ponderou que era uma demanda do Plano Nacional de Economia Solidária a municipalização da política, mas registrou que a SENAES atualmente não teria condições de avançar em uma estratégia nacional de municipalização. Após a elaboração da lista de contatos, discorreu que o próximo passo fora a atualização das normativas e, em seguida, dialogaram com os estados que possuíam algum nível de organização para apresentação do CADSOL, para os quais orientaram a elaboração dos secretariados-executivos dos seus comitês para garantir a participação popular. Finalizando, comentou que atualmente estavam buscando entender como funcionava em cada estado para criação de um nivelamento mínimo e explicou que os estados que possuíam sistema próprio seriam considerados na nova portaria do CADSOL, sendo que as informações seriam aglutinadas na publicação das informações do sistema. Abrindo às manifestações, a **Sra. Késia Prazeres** notificou que a equipe de comunicação do estado do Espírito Santo realizou uma comparação entre o CADSOL antigo e atual, na qual se constatou que a mudança fora extremamente didática e proporcionou a inclusão das pessoas na Plataforma Gov.br. Reafirmou que fora alegado que foram realizadas três formações sobre o CADSOL e questionou onde e com quem fora publicizadas essas formações, uma vez que não foram informadas no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e onde; como as comissões se cadastrariam; e se existia a possibilidade de realizar um calendário de reuniões com os estados com a equipe da SENAES para esclarecimentos de dúvidas. O Sr. **Carlos** afirmou que fora surpreendido com a informação de que estava sendo realizada a reunião para a formação do CADSOL no estado do Acre. A **Sra. Tatiane Valente** observou que o CADSOL era tripartite anteriormente, o que trazia uma interação entre os agentes e sugeriu que esse processo fosse retomado e que houvesse a publicização do CADSOL. O Sr. **Alfredo Jairo dos Santos** esclareceu que o estado do Espírito Santo não estava cadastrado na Rede de Gestores e a **Sra. Marcela Vieira** arrazoou que, em sua opinião, seria importante reafirmar o fluxo de comunicação da

172 economia solidária. A **Sra. Alzira Medeiros** pontuou que era muito importante compreender que o CADSOL era um
173 instrumento para que os empreendimentos tivessem acesso à política pública e que era necessário ter o controle do
174 exercício e da operação da política. Sugeriu que fosse criado, no âmbito do Conselho, um grupo de controle social e de
175 acompanhamento ao CADSOL. Em resposta aos questionamentos, a **Sra. Renata Studart** agradeceu as manifestações e
176 esclareceu que as formações seriam um processo contínuo da SENAES. Ponderou que seria necessário a criação de um
177 grupo que seria a segunda instância em caso de indeferimento e que a sua preocupação inicial seria agregar, do ponto de
178 vista institucional, as outras políticas que são de economia solidária mas não se apresentava como tal qual. Destacou que
179 a comunicação era um entrave que deveria ser superado para fomentar a mobilização e que o estado era um espaço de
180 disputa e estavam buscando realizar a incidência para garantir que o gestor atuasse na Política de Economia Solidária
181 conforme as diretrizes da SENAES. Por fim, pontuou que poderiam elaborar um calendário de reunião por estado e
182 informou que fora incluída no Plano Plurianual (PPA) a previsão de orçamento para o funcionamento das comissões. Com
183 a palavra, o **Sr. Gilberto Carvalho** constatou que havia um problema de falta de publicação mais clara por parte da SENAES
184 para que houvesse democratização da informação para todos e sugeriu que, no segundo dia de reunião, fosse definida a
185 criação de uma comissão do CNES que participaria do processo nos encaminhamentos. Concluiu, relatando que, em sua
186 opinião, a maneira como a sociedade civil se organizava na economia solidária e sua relação com a SENAES deveria ser
187 organizada e informou que propuseram ao Fórum a realização de reuniões periódicas. Conforme consensuado, a reunião
188 fora suspensa às 12h15 para o almoço. Retomada a reunião às 13h30, deu-se continuidade aos debates sobre o CADSOL. A
189 **Sra. Sueli da Silva** informou que o estado do Rio Grande do Sul criou o cadastro de empreendimentos que estava
190 diretamente vinculado ao conselho estadual, o qual não se reuniu nos últimos oito anos e estava sendo retomado.
191 Questionou sobre a possibilidade de realizar o processo do CADSOL vinculado com os estados que não possuem conselho
192 por meio das secretarias regionais de trabalho e os fóruns regionais. A **Sra. Alzira Medeiros** salientou que o CADSOL era
193 um instrumento da política pública e era o CNES que determinava as alterações e as resoluções complementares para esse
194 sistema e não a SENAES, que por sua vez deveria operacionalizar as resoluções do CNES. Ponderou que seria difícil
195 estabelecer uma regra e uma normativa para o CADSOL se não fosse aprovada portaria e resolução desse Conselho
196 orientando todos os procedimentos para instalação das comissões estaduais e da nacional. Entendeu que era necessário
197 constituir um espaço público de controle da política por meio da convocação dos entes que eram referência da construção
198 da economia solidária nos estados. Com a palavra, o **Sr. Gilberto Carvalho** aceitou a sugestão de utilizar os aparelhos do
199 estado e a sociedade civil para composição das comissões do cadastro e esclareceu que a SENAES era a responsável por
200 gerir a política pública e que o Conselho tinha natureza consultiva. O **Sr. Aroldo Mendonça** recordou que o CADSOL
201 anteriormente fora criado na estrutura do ministério, todavia, havia uma resolução que o colocava como uma estrutura do
202 CNES e concordou que a operacionalização da política era uma responsabilidade da estrutura federal. Recordou também
203 que o Conselho havia deliberado que os fóruns seriam os responsáveis pelo CADSOL nos casos em que não havia conselhos
204 estaduais. O **Sr. Gilberto Carvalho** afirmou que seria estabelecida uma comissão nacional do CADSOL no segundo dia de
205 reunião, a qual teria a competência de promover a articulação entre o poder público e a sociedade civil nos estados para
206 compor a comissão do CADSOL. O **Sr. Ari Moraes** ponderou que essa comissão teria uma tarefa importante e que seria
207 necessário conceituar a economia popular para inclusão no CADSOL. Finalizado os debates sobre o tema, o **Sr. Gilberto**

208 **Carvalho** propôs que o informe sobre a Lei da Economia Solidária fosse o primeiro ponto de pauta do segundo dia de
209 reunião, o que fora acatado. Na sequência, passou-se à apresentação do balanço da SENAES e planejamento para os
210 próximos anos. Concedida a palavra, o **Sr. Manoel Carvalho** demonstrou as ações realizadas pela SENAES a partir do
211 acumulado existente da III Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) e do documento da União Nacional das
212 Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS). Fora realizado um conjunto de consultas e de reuniões, das quais
213 foram retirados como grandes eixos: Eixo I - Finança solidária, Eixo II – Assessoramento e formação, Eixo III –
214 Comercialização, Eixo IV – Estratégia de operação em rede, Eixo V – Marcos legais e Eixo VI – Gestão Social; e como principais
215 programas: Minha Casa, Minha Vida; Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana; Programa Nacional de
216 Segurança Pública e Defesa Social (PRONASCI); e Programa Nacional de Cooperativismo Solidário. Além disso, estava sendo
217 implementado um projeto com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que promoveria a realização de
218 vitrines inicialmente em oito estados, com a possibilidade de realizar para mais dois estados. Informou que fora lançado no
219 estado do Rio Grande do Norte pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) a proposta de formação
220 de gestores públicos e privados para discutir e aperfeiçoar a temática da agricultura urbana e periurbana a partir de
221 metodologias participativas, visto que o próximo estado a ser contemplado seria o estado de Pernambuco. Discorreu que
222 fora realizado encontro no estado de Alagoas com os técnicos para discutir o que seria necessário para garantir a execução
223 do sistema nacional de finança solidária, no qual resultou em um esboço que precisaria ser sistematizado para debate
224 político. Explanou que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a UNICOPAS seriam a estrutura do grupo de
225 trabalho do Programa Nacional de Cooperativismo Solidário e que fora colocado pelo Ministro Luiz Marinho sobre a
226 necessidade da criação de um fundo para implementar um sistema nacional de finanças, que orientou pela utilização do
227 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Salientou que a Frente Parlamentar da Economia Popular e Solidária estava
228 envolvendo a SENAES nas suas discussões em todos os estados e que o conceito de biodiesel estava sendo modernizado
229 pelo MDA e muitas cooperativas da agricultura familiar estavam conseguindo se capitalizar com facilidade. Registrou que,
230 dentre outras ações, seria dada continuidade aos trabalhos junto aos caminhoneiros, os quais seriam organizados em 100
231 cooperativas com uma central; realizado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a população em situação de rua e outras
232 iniciativas; e analisado o impacto do conjunto das várias economias. Por fim, explicou que a materialização de todas essas
233 ações se daria por meio de convênios, Termo de Execução Descentralizada (TED) e termos de fomento. Ato contínuo, a **Sra.**
234 **Camila** deu início a apresentação da Diretoria de Parcerias sobre as transferências voluntárias e emendas parlamentares,
235 informando que o MTE recebeu a SENAES no dia 24 de janeiro de 2023 após quatro anos no Ministério da Cidadania, a qual
236 possuía 71 instrumentos em execução (convênios, termos de fomento, termos de cooperação), 102 instrumentos
237 pendentes da análise física e financeira e 42 instrumentos pendentes da análise financeira. Destacou que as tratativas foram
238 iniciadas no Departamento de Prestação de Contas do MTE para realizar a transição dos processos de prestação de contas
239 para o setor específico, todavia, explanou que 96% dessas prestações de contas pendentes envolviam aquisição de
240 equipamento, o que resultou em um grande passivo que ainda não fora transferido para o setor específico devido a não
241 instituição da Comissão de Patrimoniamento por falta de pessoal. Informou que atualmente havia uma equipe composta
242 por seis técnicos que trabalhavam com 41 instrumentos em execução e, em seguida, demonstrou planilha dos convênios
243 recebidos do Ministério da Cidadania, destacando que a maior parte dos processos recebidos eram da região sul e da região

244 sudeste. Explanou sobre a situação geral dos restos a pagar, relatando que foram pagos os convênios do Centro de
245 Assessoria Multiprofissional (CAMP), Cooperativa de Trabalhadores Autônomos e Cáritas Brasileira/Minas Gerias; e ainda
246 estavam pendentes de pagamento os convênios da Prefeitura de Campinas, Instituto Travessia, Superintendência de
247 Limpeza Urbana (SLU) de Belo Horizonte e município de São Leopoldo. Acrescentou que a equipe, além de acompanhar os
248 instrumentos em execução, recebeu a indicação de 39 emendas parlamentares individuais no valor de R\$ 29.172.505,00 e
249 uma emenda de bancada do Tocantins no valor de R\$ 20 milhões que fora desmembrada em oito propostas, totalizando 47
250 emendas a serem analisadas e celebradas pela SENAES. Comentou sobre a demora na celebração das emendas, mas
251 esclareceu que elas deveriam passar pela análise e crivo da Consultoria Jurídica (CONJUR/MTE), a qual não aceitou
252 referendar os pareceres por meio de parecer referencial como era realizado no Ministério da Cidadania. Registrou que, até
253 o momento, foram empenhados R\$ 17.868.278,00 emendas individuais e o valor total de R\$ 20 milhões de emenda de
254 bancada em 2023, faltando apenas empenhar R\$ 11.304.227,00 em emendas individuais. Por fim, demonstrou planilha de
255 controle dos empenhos 2023. Com a palavra, o **Sr. Gilberto Carvalho** ponderou que as emendas fora a parte mais dolorosa
256 nos últimos 10 meses de recomposição da SENAES, o que pretendiam mudar por meio do trabalho para que convirjam com
257 o projeto da secretaria. Antes de iniciar a próxima apresentação, fora realizado momento de desconcentração. Na
258 sequência, a **Sra. Renata Studart** realizou a apresentação sobre o Departamento de Projeto da SENAES. Demonstrou a
259 composição atual da equipe do Departamento, para qual estavam buscando uma composição multidisciplinar e informou
260 que os presentes estavam recebendo três documentos: Regimento Interno do CNES, Plano Nacional de Economia Solidária
261 e a construção do PPA nos seis primeiros meses de 2023. Relatou que o Departamento possui como tarefas atuar na
262 construção da articulação interministerial e de construção interinstitucional em parceria com o gabinete e a promoção da
263 educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em economia popular e solidária e como objetivo construir,
264 consolidar um sistema nacional de formação em economia popular e solidária. Elencou como ações realizadas até o
265 momento: validação de programa próprio de economia popular e solidária; priorização do PL 6606 e da PEC 69 junto à
266 Secretaria de Relações Institucionais; articulação com a Secretaria de Relações de Trabalho para atualização do PL 3008
267 para alteração da Lei nº 13.483/2017; elaboração de mapeamento de todos os ministérios com transversalidade na
268 temática de economia popular e solidária; atuação no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e
269 Nutricional (Caisan); atuação permanente no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); atuação
270 sob a coordenação do MDA na instituição do Programa das Mulheres Rurais; atuação junto ao Fundo do Banco do Brasil
271 para elaboração de diretrizes orientadoras a editais voltados à economia solidária e ao fortalecimento da geração de renda
272 para as mulheres pretas; atuação no Fórum Interconselhos; elaboração de ACT no Programa Ecoforte; diálogo com
273 especialistas internacionais; recuperação dos arquivos antigos da SENAES; recriação da página da SENAES; publicação e
274 realização de entrevista com servidores. Demonstrou fotos para ilustrar as ações realizadas e dados e estatísticas,
275 destacando: CADSOL; aprovação de projeto junto ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
276 (DIEESE) para reconstrução do Observatório Nacional de Economia Solidária e do CADSOL; realização das capacitações;
277 realização de evento internacional sobre as contas satélites em economia solidária; financiamento da Comissão Econômica
278 para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – em construção; acompanhamento das ações de ofertas de vagas do Programa
279 Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e de formação continuada de professores e de profissionais

da educação básica; realização de seis rodadas virtuais pautadas no resgate das experiências anteriores; mutirão para análise das emendas parlamentares; realização de Seminário sobre Cooperativismo de Plataforma; instituição do Núcleo de Formação da SENAES; participação permanente no Fórum da Educação Popular; atualização do Programa Manuel Quirino; composição da Comissão de Avaliação dos Projetos; parceria com a Fiocruz no Projeto Radar nos Territórios; elaboração do TED para contratação dos agentes – em construção. Por fim, demonstrou também os investimentos públicos realizados para visita aos estados e colocou-se à disposição. Com a palavra, o **Sr. Gilberto Carvalho** solicitou ao Sr. Ari Moraes que realizasse um breve relato sobre a inserção dos catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de rua por meio do Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC). Atendendo a solicitação, o **Sr. Ari Moraes** apresentou um breve resgate histórico do CIISC e destacou que atualmente havia um diálogo muito forte com o Movimento Nacional dos Catadores e o Movimento Eu Sou Catador (MESC), os quais estavam contribuindo para a construção da política. Ponderou que o CIISC estava retomando algumas pautas importantes e pretendia retomar algumas políticas para estruturação das cooperativas e estava atuando no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua) na perspectiva da autogestão e da construção coletiva. De posse da palavra, o **Sr. Gilberto Carvalho** discorreu que a tarefa do campo da economia solidária tinha dupla dimensão, a qual deveria combinar a vivência dos novos valores socialistas e autogestionários com a preocupação de ser a raiz da política de sustentação do projeto. Em seguida, fora realizado o intervalo para o lanche. Retomada a reunião, passou-se aos debates. O Sr. Francisco Dalchiavon fora convidado para coordenar os debates e a Sra. Vanderlúcia para auxiliá-lo. Antes de iniciar os debates, o **Sr. Alex** comunicou que a Expocatadores de 2023 seria organizada em Brasília/DF e iniciaria no dia 19 de dezembro com uma marcha na Esplanada dos Ministérios. No dia 20 de dezembro, seria realizado o Encontro Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras que discutem e pesquisam a pauta da reciclagem popular e dos catadores no período da manhã e o Encontro Nacional de Justiça para discussão da pauta legal referente aos catadores no período da tarde. No dia 22, seria realizado o Natal dos Catadores com o Presidente Lula no período da tarde. Iniciando os debates, o **Sr. Sandro Bedito** comentou que gostou do que fora apresentado e afirmou que a formação era fundamental e, diante disso, sugeriu que fosse incluído o Programa de Educação e Formação para o Cooperativismo no rol demonstrado. O **Sr. Aroldo Mendonça** inferiu que o PPA estava distanciado das ações e destacou a articulação realizada com os 22 órgãos. Pontuou que o CNES deveria reconhecer e reforçar a criação de uma câmara técnica dos órgãos para elaboração de ações relacionadas à economia solidária e externou a sua preocupação com a pouca discussão sobre o estabelecimento de um marco legal da economia solidária. A **Sra. Sueli Angelita** arrazoou que a escoação da produção e o acesso às contas públicas eram muito importantes e sugeriu que fossem criados espaços públicos de comercialização da economia solidária. A **Sra. Gisleide** registrou a necessidade de pensar na estruturação do Conselho e dos seus grupos de trabalho e de rever a lei para contemplar a economia popular e questionou como o Sistema Nacional estava sendo pensado. A **Sra. Tatiane Valente** esclareceu que fora realizada a construção teórica de discussão política organizativa do movimento de economia popular e solidária nas últimas duas plenárias do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e observou que as apresentações demonstravam a realização de várias articulações e construções. Relatou que era necessário avaliar qual seria o elemento central para que o sistema se consolidasse nos próximos três anos a fim de que houvesse uma política pública efetiva ao final desse governo. A **Sra. Bianca Lima** destacou a importância de

estarem presentes nesse local de diálogo efetivo e democrático e mencionou que sentiu falta da inclusão do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Entregou o ofício da Rede TCPs, Rede Unitrabalho e Fórum de Tecnologia Social e Economia Solidária que solicitava a reinstituição do Comitê Gestor do PRONINC. A **Sra. Késia Prazeres** pontuou sobre a existência de PEC que propunha a transformação da economia solidária em outra economia e cercar as atividades econômicas e que o CNES deveria refletir se essa era a intenção. Discorreu que havia uma fronteira sendo colocada para a economia solidária, todavia, era necessário abri-las para outros modelos de economia; entendeu que o grande desafio seria a destinação de recursos para os empreendimentos informais; e sugeriu que essa legislação fosse prioridade para esse Conselho. A **Sra. Alzira Medeiros** elogiou a equipe da SENAES pelo seu desempenho e destacou que a economia solidária era uma organização social e política dos trabalhadores que querem construir outra economia contrária ao capitalismo, sendo assim, estratégias e ações do capitalismo ou do mercado capitalista não serviam. Asseverou que a sustentabilidade da economia solidária dependia da sua organização local e territorial, todavia, a organização territorial fora esquecida pela SENAES. O **Sr. Vicente Almeida** comentou que estavam trabalhando as bases para o fortalecimento da economia solidária em seu território e entendeu que a exportação era um caminho. Questionou sobre a possibilidade de apresentar um calendário de visitas aos estados e propôs que os eventos realizados de economia solidária adquirissem produtos dessa própria economia. A **Sra. Francisca da Silva** externou a sua preocupação com as cozinhas solidárias e comunitárias e solicitou que a lei fosse revista para contemplar as características da economia solidária. Pugnou que fosse levado ao Presidente Lula a solicitação para aumentar a equipe da SENAES. O **Sr. Alfredo Jairo dos Santos** externou a sua satisfação de estar presente nesse evento e informou que enviou a todos os companheiros da rede de gestores e que foram membro do CNES as notícias desse momento. Parabenizou a todos pela luta e pela instalação desse Conselho e a equipe da SENAES pelo trabalho realizado. A **Sra. Marcela Vieira** colocou a Cáritas Brasileira à disposição para contribuir a partir do seu histórico de experiência com finanças e fundos rotativos solidários e registrou que sentiu falta dos empreendimentos e informações das mulheres e da juventude nas apresentações. O **Sr. Arildo Lopes** compreendeu que seria necessário rever e construir onde deveriam ser dedicados os esforços e trabalhar com seriedade a questão dos investimentos, da infraestrutura e da comercialização. A **Sra. Tatiane Valente** discorreu sobre a necessidade de diferenciar a região norte na execução das políticas públicas devido as suas características para que houvesse empreendimentos consolidados e sobre o enfrentamento da relação do ator societário da economia solidária de maneira efetiva. Explanou que era salutar ter acesso a investimentos públicos para implementação de empreendimentos sustentáveis e competitivos. A **Sra. Rosimeire Gomes** observou que estavam tratando o comércio justo como se fosse algo a parte da economia solidária, todavia, salientou que o CADSOL nasceu no Comitê Gestor do Comércio Justo. A **Sra. Maria Valéria** arrazoou que sentiu falta das comunidades tradicionais nas apresentações e analisou que a produção familiar estava envelhecida, sugerindo focar também na juventude. A **Sra. Maira** registrou a sua expectativa em relação à reconstrução da política de economia solidária no país e sugeriu que fossem retomadas as comissões que existiam anteriormente no CNES para auxiliar na construção das políticas. Finalizados os debates, o **Sr. Gilberto Carvalho** ponderou que deveriam acolher a proposta de retomada do PRONINC por se tratar de uma forma de redinamizar a questão das incubadoras e endossou a manifestação de que o CNES deveria ser um espaço de elaboração e cogestão. Afirmou que a questão das compras públicas era extremamente importante e sugeriu que a pauta da formação de comissões no Conselho fosse tratada no item que abordaria sobre o conselho e a conferência.

352 Informou que não estava definido o papel em relação à economia popular e propôs que a questão fosse elaborada para a
353 conferência a fim de que fossem elaboradas propostas concretas. Concordou que o problema estava no território e era
354 necessário pensar os próximos passos para ir ao encontro das questões concretas e que era fundamental trabalhar o
355 comércio justo e internacional. Com a palavra, o **Sr. Francisco** pontuou que a economia solidária era tratada como algo
356 pequeno e destacou a necessidade de ter mais recursos para investimento. Por fim, ressaltou que o grande desafio era
357 desenvolver a cooperação entre o meio urbano e rural. Finalizada a pauta do dia, o primeiro dia de reunião fora encerrado
358 com agradecimentos a participação de todos.

359 Dando início ao segundo dia de reunião, a **Mestre de Cerimônia** declarou aberta a reunião cumprimentando os presentes
360 e convidou a Sra. Vanderlúcia para realização da mística. Fora realizada leitura de um trecho de um texto de Paul Singer,
361 recitada poesia de Eduardo Galeano e executados vídeos.

362 Em sequência, passou-se à Ordem do Dia. O **Sr. Gilberto Carvalho** cumprimentou e agradeceu a presença de todos e
363 informou que seria realizada uma inversão de pauta, uma vez que teria alterado a pauta e o primeiro item a ser discutido
364 seria a Lei da Economia Solidária, todavia, diante do limite de horário do convidado, passariam a realização de breve relato
365 histórico do CNES e das Conferências Nacionais de Economia Solidária. Com a palavra, o Secretário Adjunto da Secretaria
366 Nacional de Participação Social, **Sr. Valmor Schiochet**, deu início à exposição do breve histórico do CNES e das Conferências
367 Nacionais de Economia Solidária, destacando os seguintes períodos e acontecimentos: (i) 2003: Lei 10.683 (maio) - Conselho
368 Nacional de Economia Solidária vinculada ao MTE; Decreto 4.764 (junho) - Criação da Secretaria Nacional de Economia
369 Solidária; e Comissões Nacionais, Comitês Gestores, Conselhos (SIES, Brasil Local, PRONINC, Brasil Local, Centro de
370 Formação, etc.); (ii) 2004: Decreto 5.064 – Estrutura do MTE – Prevê as atribuições do Conselho Nacional de Economia
371 Solidária (Art. 26); (iii) 2005: Elaboração de Proposta e Minuta de Decreto para Instalação do Conselho Nacional de
372 Economia Solidária; (iv) 2006: Primeiro Semestre - Realização da I Conferência Nacional da Economia Solidária (Convocação
373 MTE, MDS e MDA – Organização Comissão Pré-Conselho; 21 de junho - Decreto nº 5.811 - Dispõe sobre a composição,
374 estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES; 26 a 29 de junho –
375 Realização da Conferência Nacional; e 08 e 09 de novembro – Reunião de Instalação do Conselho Nacional de Economia
376 Solidária; (v) 2007 a 2010: elaboração do Plano Plurianual 2008-2011; Economia Solidária é o Super Simples; nova Lei do
377 Cooperativismo; recomendação aos Partidos (eleições de 2008); Projeto de Lei da Economia Solidária; resolução sobre a
378 Formação e Assessoramento Técnico; Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; convocação da II Conferência
379 Nacional de Economia Solidária. Observação: O CNES estabeleceu, além do Comitê Permanente cinco Comitês Temáticos:
380 1. Comercialização, Redes e Cadeias de Produção e Consumo; 2. Crédito e Finanças Solidárias; 3. Formação e Assistência
381 Técnica; 4. Institucionalidade da Política Nacional e 5. Marco Jurídico; (vi) 2011 – 2014: elaboração do Plano Plurianual
382 2012-2015 (A Resolução nº 04, de 04 de julho de 2012, instituiu o Plano Brasil Justo e Solidário – Agenda Transversal);
383 Projeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária (encaminhada como iniciativa legislativa em 2012; Legislação das
384 Cooperativas de Trabalho (Lei 12.690/2012); CADSOL (Cadastro dos EES); Política Nacional de Comercialização da Economia
385 Solidária; reestruturação do Conselho Nacional de Economia Solidária (Composição); Agenda Internacional (Mercosul –
386 RECM); e convocação da III Conferência Nacional; (vii) 2015: Maio - Conselho aprova o 1º Plano Nacional de Economia

387 Solidária; (viii) 2016 a 2022: golpe e desconstrução; (ix) 2023: reconstrução (mais e melhor): Conselho de Participação
388 Social; Sistema de Participação Social; Secretaria Nacional de Participação Social; Fórum Interconselhos; recriação e
389 reformulação de conselhos nacionais (30); retomada das conferências nacionais (15); GT Conselhos e Conferências
390 (aumentar a qualidade da participação social e a efetividade de respostas do governo); participação social – Plataforma
391 Brasil Participativo; e participação social com educação popular nos territórios. Além disso, ressaltou os principais números
392 das conferências nacionais, sendo eles: (i) I Conferência Nacional: 1.352 (1.073 delegadas(os)) participantes da etapa
393 nacional, 16.976 participantes das etapas preparatórias, 27 Conferências Estaduais, 159 conferências territoriais;
394 Composição: Empreendimentos (50% dos delegados), entidades e organizações da sociedade civil (25% dos delegados) e
395 poder público (25% dos delegados); as resoluções da I CONAES afirmam claramente que a economia solidária é uma
396 alternativa em contraponto ao modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista. As práticas e valores da economia
397 solidária possibilitam o resgate e a valorização das diversas formas de trabalho associado em iniciativas econômicas
398 contextualizadas que consideram as diversidades ecológicas, culturais e étnicas: “ao reorganizar processos econômicos e
399 cadeias produtivas, se converte ao mesmo tempo em uma dinâmica de desenvolvimento endógeno (a partir de dentro),
400 autogestionário, solidário e sustentável, fazendo dos agentes locais, os atores privilegiados e responsáveis pelo
401 desenvolvimento local, territorial e regional, considerando e ampliando as capacidades locais ou territoriais, numa
402 estratégia nacional de desenvolvimento”; (ii) II Conferência Nacional: 1.613 participantes na etapa nacional; 20.459
403 participantes nas etapas preparatórias; 27 Conferências estaduais; 187 conferências territoriais; cinco conferências
404 temáticas; reconhecimento da economia solidária como direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores às
405 condições socialmente necessárias de produção, e como dever do Estado. Esse foi o principal desafio enfrentado, debatido
406 e construído na Conferência. Entre as mais de 160 propostas aprovadas na II CONAES, a maioria tem a intenção de fazer do
407 modelo econômico solidário um direito do cidadão e uma preocupação permanente do Estado. Foi unânime o apoio para
408 que a Lei que cria o Marco Legal da Economia Solidária no país seja aprovada o mais breve possível pelo Congresso Nacional.
409 Foram destaques ainda ações mais efetivas como a criação de um ministério específico; de um fundo nacional, como
410 instrumento de financiamento de políticas públicas de economia solidária e de um sistema nacional responsável pela
411 articulação dos entes governamentais e da sociedade civil nas esferas municipais, estaduais e federal e de integração de
412 políticas públicas; (iii) III Conferência Nacional: 4.484 participantes na etapa nacional; 16.603 participantes das conferências
413 preparatórias; 207 conferências territoriais e municipais; 26 conferências estaduais; cinco conferências temáticas. A III
414 CONAES buscou dar mais um passo decisivo na afirmação de uma política pública de economia solidária em âmbito
415 nacional. A exemplo de várias outras políticas inovadoras e recentes, as Conferências Públicas de Economia Solidária
416 seguem um roteiro que passa pela afirmação e reconhecimento da identidade da economia solidária (I CONAES), seguida
417 da afirmação da política nacional como direito de cidadania e obrigação do Estado (II CONAES) e vai se consolidando com
418 a proposição de um Plano Nacional de Economia Solidária. Foi justamente este terceiro momento que se pretendeu com a
419 realização da III CONAES: com base nos acúmulos das conferências anteriores, elaborar um plano nacional (e planos
420 estaduais e municipais) que tenha base em diretrizes e prioridades definidas nas etapas municipais, territoriais e estaduais,
421 criando o ambiente para um grande pacto nacional em torno do fortalecimento da economia solidária no Brasil. Por fim,
422 explanou que a situação atual vivida representava um balanço do que representou a ruptura do que estava sendo

construído e acumulado e que um grande desafio existente seria conciliar a participação presencial e virtual. Com a palavra, o **Sr. Carlos Cavalcante** externou a sua satisfação por estar participando desse momento e relatou que o FBES atuava com a finalidade de articular, representar e incidir na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de economia pública e solidária e no diálogo com diversos movimentos sociais; buscar a incongruência entre as forças existentes no movimento de economia solidária; participação ativa em comitês, grupos de trabalho, CNES, legislativo e outras instâncias de proposição e construção de políticas públicas. Indicou as finalidades e competências do CNES e lembrou que a economia solidária deve pensar grande e, para isso, se faz necessário que a SENAES e o CNES se debrucem pela aprovação do marco legal. Explanou que fomentar a economia solidária como eixo transversal é necessário para o bem viver, reindustrialização, geração de trabalho e renda, enfrentamento da desigualdade social, emergência climática, racismo e democratização do país e reafirmou a necessidade de programas permanentes e de criar o Sistema Nacional de Promoção da Economia Solidária e fortalecer a segurança alimentar e nutricional. Por fim, destacou que seria necessário garantir condições para que as cooperativas tenham estrutura adequada para as suas devidas funcionalidades. De posse palavra, o **Sr. Niro** cumprimentou os presentes e informou que estava auxiliando o Secretário Nacional e comprometido com a luta. Explanou que o primeiro movimento realizado fora para instituição da Frente Parlamentar de Economia Solidária que trabalharia com cinco grandes eixos, sendo o principal o marco legal e discorreu que havia 23 proposições de legislações que estavam em tramitação, dentre elas o Projeto de Lei 6.606/2019 que dispunha da Política Nacional de Economia Solidária e estava, atualmente, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Explicou o processo sofrido pelo Projeto de Lei 6.606/2019 até atualmente e que, caso esse projeto fosse aprovado, trabalhariam na discussão do decreto para sancionar essa nova lei e na sua regulamentação. Na sequência, o **Sr. Daniel Rech** relatou que a sua primeira atividade no campo do legislativo fora para impedir o andamento de um projeto de lei das cooperativas apresentado em 1989 e que depois continuaram atuando nesse campo e conseguiu encaminhar o projeto de lei que tratava das sociedades cooperativas. Com relação ao Projeto de Lei 6.606/2019, arrazoou que esse projeto era decorrente da proposta aprovada na II Conferência Nacional e fora apresentado por um grupo de deputados encabeçados pela atual Ministro Paulo Teixeira. Apresentou o histórico de tramitação do Projeto de Lei 6.606/2019 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal desde 2012, salientando que a redação inicial fora decorrente do debate realizado durante a conferência, mas infelizmente tiveram que construir um acordo no Senado que resultou na redação final. Retomada a palavra, o **Sr. Niro** salientou que a segunda prioridade era o Projeto de Lei 3.008/2020 que inclui os empreendimentos de economia solidária entre os que podem ser financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o qual estava sob análise da Comissão do Trabalho atualmente e; a terceira prioridade era a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 69/2019 para incluir a Economia Solidária entre os princípios da ordem econômica. Discorreu que a lista com os demais projetos em tramitação seria encaminhada aos presentes e por fim, sugeriu que fosse retomado o Grupo de Trabalho do Marco Legal; criado o Observatório do Marco Legal da Economia Popular e Solidária para acompanhamento da legislação em todo o território nacional; e realizada reunião com especialista de direito para analisar o conjunto do marco legal em discussão no Congresso Nacional e proposições de novas. Solicitada questão de ordem, a **Sra. Francisca da Silva** ponderou que a lei era muito importante, mas não tinha mais a imagem da economia solidária e salientou que a reinstalação do CNES era importante e a lei era muito mais importante. Destacou a necessidade da mesa acatar a criação de uma comissão para acompanhamento

do projeto de lei. O **Sr. Manoel Carvalho** agradeceu pela manifestação e esclareceu que a discussão do período da manhã estava relacionada à gestão do CNES ao longo dos próximos 11 meses. O **Sr. Gilberto Carvalho** comentou que havia uma discussão interna na SENAES sobre a recomposição do Conselho que teve as suas atividades encerradas em 2016 e, por isso, deliberaram por reinstalar o antigo Conselho com as mesmas entidades que apenas atualizaram as suas indicações por um mandato curto para que fosse convocada a conferência. Explanou que estavam sugerindo, como alternativa, que a composição do Conselho fosse legalizada por meio de portaria até a conferência. Abrindo aos debates, a **Sra. Tatiane Valente** pontuou que o CNES já estava reinstalado e, a partir desse momento, deveriam discutir a metodologia de trabalho para que os presentes pudessem entender o que existia anteriormente no Conselho, uma vez que estavam retomando-o no modelo anterior. Discorreu que era necessário incluir nessa metodologia a Comissão Comércio Justo e a Comissão do CADSOL e pensar na pauta do PRONATEC e da habitação para realização de incidência. A **Sra. Alzira Medeiros** questionou se havia quórum suficiente para aprovação e sugeriu que os conselheiros reconduzidos fossem nomeados por portaria. O **Sr. Daniel Rech** esclareceu que a UNICOPAS insistia muito na tramitação do projeto porque a economia solidária juridicamente não existe e era necessário ter segurança jurídica para todos os encaminhamentos. Compreendeu que o projeto de lei não era ideal, mas daria reconhecimento à economia solidária como uma instância jurídica efetiva, assim como para os empreendimentos econômicos solidários. O **Sr. Arildo Lopes** entendeu que seria necessário pensar como incorporar os novos movimentos e o **Sr. David** comentou que seria necessário um decreto para regulamentar a reinstalação do CNES e pontuou que essa reunião indicaria os encaminhamentos para que fossem aprovadas em uma próxima reunião já com os conselheiros empossados. A **Sra. Francisca da Silva** relatou que, em sua opinião, deveriam criar as comissões de trabalho para a conferência para que pudessem avançar e a **Sra. Marcela Vieira** afirmou que era consenso dos conselheiros do Fórum Brasileiro a aprovação das comissões de trabalho que teriam vigência até a conferência. A **Sra. Gisleide** endossou as manifestações anteriores e sugeriu que fosse incluído nos encaminhamentos a definição de calendário de reuniões. Após realizadas todas as manifestações e expostas todas as opiniões, deliberou-se como encaminhamento que seriam constituídos o Comitê Permanente do CNES que teria a sua composição indicada durante essa reunião e as Comissões Temáticas de Comercialização; de Redes e Cadeira; de Produção e Consumo; de Crédito e Finanças Solidárias; de Formação Técnica; de Institucionalidade da Política Nacional; de Marco Jurídico; de Habitação; e de Relações Internacionais, as quais teriam a sua composição definida posteriormente. Suspensa a reunião às 11h58 para o almoço. Retomada a reunião às 14h, deu-se continuidade aos trabalhos, com a apresentação dos presentes que não se apresentaram no primeiro dia de reunião. Na sequência, passou-se ao próximo ponto de pauta: IV Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária - Tema e discussão inicial sobre o documento-base e formato da conferência e convocação nos municípios e estados. Com a palavra, o **Sr. Gilberto Carvalho** discorreu que estavam reconstruindo o CNES nesse dia mesmo com todas as dificuldades e que a perspectiva seria construir toda a institucionalidade. Afirmou que a conferência seria um momento privilegiado dessa reconstrução e estavam propondo realizá-la de forma política favorecendo as bases. Para a conferência nacional, explicou que estavam propondo alterar a concepção massiva de participação, na qual teria a participação de cerca de 300 delegados devido ao processo de reconstrução e à falta de recursos. Seria realizado um processo muito rico por meio de um grande processo de comunicação e de propagando da economia solidária, realizando conferências territoriais temáticas e estaduais. Explanou que seria necessário discutir sobre a criação de comissões, como a Comissão Organizadora composta

de 12 membros que coordenaria as Subcomissões de Infraestrutura, Logística, Sustentabilidade e Finanças; de Sistematização e Metodologia; de Mobilização e Comunicação; e de Cultura e Programação. Abrindo aos debates, a **Sra. Tatiane Valente** discorreu que poderiam ser pensados espaços para interação entre os empreendimentos e, para isso, seria necessário constituir outra comissão. O **Sr. Aroldo Mendonça** relatou que a convocação das conferências estaduais não era realizada por alguns estados e seria salutar incluir no Regimento Interno outro responsável por essa convocação e observou que seria necessário encontrar um número de delegados que contemplasse todos os segmentos. Por fim, relatou sobre a experiência do Fórum Brasileiro para animar o processo dos movimentos sociais em sua VI Plenária. A **Sra. Celecina Rodrigues** externou a sua preocupação com a diminuição do número de delegados; solicitou que não fosse pensada na possibilidade de realizar o debate virtual; e sugeriu que os conselheiros fossem acrescentados no número de delegados. A **Sra. Francisca da Silva** colocou-se à disposição para a Subcomissão de Infraestrutura, Logística, Sustentabilidade e Finanças e sugeriu que fosse elaborado documento aos estados e que os trabalhadores participassem efetivamente para que fosse elaborado um documento com as suas características. O **Sr. Francisco Dalchiavon** entendeu que deveriam definir primeiramente o objetivo da conferência nacional para posteriormente definir o número de participantes e propôs que, ao invés de realizar uma conferência única em Brasília/DF, fosse realizada uma conferência em cada região do país. A **Sra. Késia Prazeres** inferiu que deveriam definir o tema e, talvez, amadurecer a proposta do Sr. Francisco Dalchiavon para que os delegados da conferência nacional fossem escolhidos nas conferências regionais. A **Sra. Alzira Medeiros** ponderou que seria necessário aprofundar e interiorizar a relação da economia solidária no território com a construção da sustentabilidade e da democracia e a **Sra. Tatiane Valente** arrazouo que, ao pensar nessa conferência, era necessária uma atenção diferenciada para a região norte. O **Sr. Gilberto Carvalho** informou que havia duas alternativas, a primeira era começar a organizar a conferência no prazo de um ano e a segunda era realizá-la no primeiro semestre de 2024 para reconstrução da economia solidária e para legalizar o CNES. A **Sra. Sueli Silva** externou a sua preocupação com a quantidade de delegados proposta e com o prazo para realizar todo o processo conferencial e o **Sr. Alfredo Jairo dos Santos** inferiu que era fundamental ter uma representatividade real da base na conferência e pensar como ter uma fundamentação importante para a economia solidária e sugeriu que a Comissão Organizadora aprofundasse a metodologia. O **Sr. Vicente** ponderou que deveria garantir a participação dos atores efetivos para que possam qualificar a conferência e a **Sra. Gisleide** externou a sua preocupação com o prazo existente e com a quantidade de representação. A **Sra. Késia Prazeres** salientou a necessidade de garantir a participação dos candidatos a conselheiros do CNES na conferência tendo em vista que essa era a tarefa principal desse evento. A **Sra. Renata Studart** sugeriu que fosse realizado um processo de assembleia para recompor o Conselho utilizando a experiência do Conselho Nacional do Direitos Humanos e uma conferência com maior discussão territorial até 2025. Após intenso debate sobre o tema e compartilhado o cenário futuro da SENAES para 2024, consensou-se pela realização de Conferência Extraordinária de Economia Popular e Solidária de reconstrução para legalizar o conselho no primeiro semestre de 2024. Ato contínuo, passou-se a composição do Comitê Permanente do CNES. Foram indicados para compor o Comitê: (i) empreendimentos: Tatiane Valente (COATER – Amazonas), Geny Rosangela Dias (Mão Unidas), Maíra Figueira (UNICAFES); (ii) entidades de apoio: Almir (ADS-CUT), Arildo (UNICOPAS) e Marcela (Cáritas); (iii) governo: Gilberto Carvalho (SENAES), Alfredo Jairo (Rede de Gestores) e Dora (SGPR). Na sequência, passou-se à composição e atribuições da Comissão Organizadora da Conferência Extraordinária de Economia Popular e Solidária. Feitas

531 todas as discussões, foram indicados para compor a referida comissão: (i) FBES: Gisleide do Carmo (região nordeste),
532 Francisca Silva (região sudeste), Carlos Torga (região norte), Maria Valéria (região centro-oeste) e Carlos Cavalcanti
533 (região sul); (ii) entidades: Almir (ADS-CUT), Marcela (Cáritas), Nalva (ASA), Bianca (ITCP) e Sandro (Unitrabalho); (iii)
534 UNICOPAS: (a definir). Com a palavra, o **Sr. Vicente** solicitou que a Rede GTA fosse inserida na composição da Comissão
535 Organizadora, o que fora acatado. O **Sr. Gilberto Carvalho** informou que a coordenação da SENAES convocaria a primeira
536 reunião dessa Comissão na próxima semana para que iniciasse a organização do trabalho com a indicação dos membros
537 das subcomissões e elaboração de calendário. O **Sr. Alfredo Jairo dos Santos** comunicou que, nos dias 23 e 24 de novembro
538 de 2023, o Consórcio de Governadores do Nordeste realizaria uma assembleia de governadores em Salvador/BA, em que
539 seria instalado o Comitê de Economia Solidária com representações dos nove estados da região nordeste. O **Sr. Gilberto**
540 **Carvalho** sugeriu que o Comitê Permanente do CNES convocasse a sua primeira reunião na próxima semana para que
541 organizasse as comissões temáticas, o que fora acatado. Passando à organização dos trabalhos: Calendário e pauta da
542 próxima reunião, o **Sr. Gilberto Carvalho** discorreu que as reuniões da Comissão Organizadora da Conferência
543 Extraordinária de Economia Solidária e do Comitê Permanente do CNES seriam convocadas na próxima semana e, a partir
544 da reunião do Comitê, poderiam desenvolver o calendário.

545 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Gilberto Carvalho** deu por encerrada a Reunião de
546 Instalação do Conselho Nacional de Economia Popular e Solidária (CNES). E, para que tudo fique devidamente
547 documentado, a presente ata será lavrada e, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado. Brasília, 18 e 19
548 de outubro de 2023.